

Ten.-Cor. LUÍS M. ALVES DE FRAGA

PORTUGAL E OS CONFLITOS DO SÉCULO XIX:

PROBLEMÁTICA DE UMA NEUTRALIDADE

INTRODUÇÃO

Separata das

ACTAS DO III COLÓQUIO

PORTUGAL E A EUROPA — SÉC. XVII A XX

1992

PORTUGAL E OS CONFLITOS DO SÉCULO XIX:

PROBLEMÁTICA DE UMA NEUTRALIDADE

Ten.-Cor. LUÍS M. ALVES DE FRAGA

INTRODUÇÃO

Quando ainda era o verdor dos anos que determinava muitos dos meus pontos de vista, fui useiro e vezeiro na crítica ao costume que entre nós existe de começar toda e qualquer exposição pelos primórdios, pelos princípios do princípio. Ficou-me da juventude o hábito de não cair naquilo que, então, criticava.

Pese embora essa decisão, a verdade é que o tema que me proponho tratar obriga a que, de facto, eu tenha de recuar no tempo cerca de quatrocentos anos de modo a encontrar o fio condutor de de toda uma lógica que se perde num dia de Verão de 1415.

Realmente, quando depois da conquista de Ceuta foi decidido incorporá-la nos bens da coroa portuguesa e manter na praça-forte uma guarnição militar, deu-se o primeiro passo no sentido da gestação de um inconsciente nacional que nos acompanha até hoje.

Se a presença no Norte de África não trouxe ao reino as riquezas e vantagens económicas que a burguesia de então imaginava, contribuiu largamente para fundamentar o espírito de aventura que esteve por trás da epopeia das descobertas oceânicas — não foi, por certo, à força que partiram para os Açores, África, Brasil, Índia, China, Japão e outras partes do Extremo Oriente os portugueses dos séculos XV, XVI, XVII e XVIII.

Animados pela miragem dos lucros comerciais, pelo desejo de conhecer novas terras e novas gentes e, até, pelo proselitismo religioso, ano após ano, século após século, os portugueses foram saindo do seu recanto europeu e espalharam-se mundo fora, tornando fácil o contacto com os diferentes povos, porque, impondo com suavidade

o seu modo de sentir, lhes aceitavam sem relutância os princípios vivenciais.

A constante repetição desta aventura fez que, chegados ao século XIX e em plena Revolução Industrial, os portugueses fossem um dos poucos povos da Europa que emigrava em massa para todas as partes do mundo, especialmente para a América do Sul.

Se posso concluir que a epopeia das descobertas gerou um povo de emigrantes, também me é lícito afirmar que esse mesmo facto obrigou a que, governantes e governados, olhassem mais atentamente para as terras de além do mar do que para o velho continente onde se situava a sede do reino. E não se pode estranhar tal atitude, já que era das longínquas terras que lhes chegava o suplemento económico que supria as carências aqui existentes.

Deste posicionamento, economicamente conveniente, resultou uma extraordinária vantagem geoestratégica — o equilíbrio ibérico, ou seja, a possibilidade de Portugal compensar, fora da Península, a exagerada dimensão territorial do seu histórico e hegemónico vizinho. Será curioso notar que a perda da independência nacional só ocorreu quando a Espanha, em termos europeus, ganhou fronteiras imperiais.

A luta pela sobrevivência autónoma, especialmente depois de 1640, gerou uma estratégia que, sem esforço, foi apreendida ao longo dos anos por todos os governantes nacionais, a qual se consubstanciou em dois conceitos orientadores: por um lado, manter e aumentar, se e quando possível, o peso dos territórios coloniais e, por outro, aliar-se à potência marítima.

Era bom de ver que a última das condições enunciadas poderia colocar Portugal no centro de todas as polémicas e conflitos europeus, se não se desenvolvesse uma gestão cautelosa e interessada dessa aliança.

Assim, a política internacional portuguesa do final do século XVII ao final do século XVIII orientou-se esquematicamente, segundo três grandes linhas, a saber:

Em primeiro lugar, sempre que possível, impedir o bom entendimento político-diplomático entre a Espanha e a Inglaterra;

Em segundo lugar, sempre que necessário, com base em problemas fronteiriços, manter conflitos militares de baixa intensidade, nas áreas coloniais, com todas as potências europeias, excluída a Grã-Bretanha e incluída a Espanha;

Finalmente, sempre que possível e se necessário em concomitância com a atitude anterior, praticar uma política de neutralidade militar nos conflitos ocorridos na Europa entre potências deste continente.

Se foram estas, como já antes afirmei, as linhas orientadoras de toda a política internacional portuguesa durante cem anos, elas foram, também, as definidoras do inconsciente nacional a que no início me referi.

Com efeito, poder-se-ia dizer que, no essencial, os grandes problemas do velho continente foram sempre por nós olhados de uma forma neutral, porque deles nos distanciávamos para nos projetarmos conflitualmente nas áreas tradicionais de além-mar.

Terá sido o século XIX, no entanto, um tempo em que esse inconsciente nacional sofreu mudanças, por força do someço da globalização das problemáticas europeias? Julgo que, mesmo sumariamente, importa averiguar.

Chego, assim, ao objectivo da minha comunicação, o qual, através do estudo do posicionamento português face aos grandes conflitos bélicos havidos, visa contribuir para a identificação das linhas fundamentais do conceito estratégico nacional adoptado no século XIX.

OS CONFLITOS BÉLICOS DO SÉCULO XIX

Se excluirmos as vulgarmente designadas guerras da Revolução e napoleónicas, verifica-se que, durante o século passado, envolvendo potências europeias, houve nove conflitos bélicos no mundo e um conflito militar de cariz civil que obrigou à tomada de posição das nações da Europa ⁽¹⁾.

Cronologicamente o primeiro confronto bélico surgido, e que ainda coincidiu com as campanhas napoleónicas, foi a guerra anglo-americana, a qual resultou do bloqueio continental e da vontade existente nos Estados da União Americana de comerciar com a França. O Governo de Londres, adivinhando nesta atitude uma clara hostilidade ao seu esforço para conter o desenvolvimento comercial francês, decidiu-se a impedir o tráfego marítimo americano. Os recontros foram sempre navais, à excepção do ataque britânico à cidade de Washington, que acabou sendo incendiada ⁽²⁾.

(1) Nesta fase da exposição é-me mais conveniente não introduzir as Invasões Francesas na análise do problema. Mais à frente tomarei em devida conta essa questão, embora me permita não tecer considerações para além das relativas ao posicionamento político-diplomático assumido pelo Governo de Portugal.

(2) Cf. Carl Grimberg, *Histoire Universelle*, vol. 9, Verviers, Éditions Gérard, 1964, pp. 341-344.

Depois de um longo período de paz, a Rússia, em 1853, invadiu território do império otomano, obedecendo ao claro desejo de poder vir a controlar parte da região balcânica. No começo do ano de 1854, a França — mais por uma questão de prestígio internacional do que para defender interesses directos na região — e a Inglaterra — esta, para evitar o acesso da Rússia aos chamados mares quentes — decidiram auxiliar os otomanos na luta contra o Czar. A Crimeia foi a zona escolhida para desenvolver as operações militares. A vitória coube às forças aliadas, tendo-se assinado a paz em 1856⁽³⁾. Não deixará de ser curioso referir que as tropas do Piemonte-Sardenha estiveram na Crimeia ao lado dos franceses, com o intuito de, também, ganharem prestígio internacional⁽⁴⁾.

Ainda mal haviam passado três anos sobre a paz de Paris, que tinha posto fim à guerra da Crimeia, e já a Áustria, vítima de uma maquinação política estabelecida entre Napoleão III e Cavour, declarava guerra ao Piemonte; a França ocorreu em auxílio do seu secreto aliado e em duas batalhas bem sucedidas derrotou o exército austríaco. Acordos posteriores entre a França e a Prússia acabaram quase anulando as vantagens políticas que a guerra traria ao Piemonte⁽⁵⁾.

Em Abril de 1861, ocorreram as primeiras hostilidades entre os Estados do Norte e os do Sul, dando início à guerra civil americana. O conflito durou quatro anos, acabando com a derrota dos Estados sulistas defensores da escravatura⁽⁶⁾.

No começo do ano de 1864, a Prússia, evidenciando já os seus desejos hegemónicos, arrastou a Áustria e as forças federais alemãs para uma pequena guerra contra a Dinamarca. Tudo se ficou a dever à pretensão de Bismarck incorporar no reino da Prússia o ducado de Holstein⁽⁷⁾.

Ainda no caminho da unificação da Alemanha, Bismarck conseguiu gerar um conflito com a Áustria, em Junho de 1866, tendo a Prússia derrotado militarmente aquele país e anexado os Estados de Hanover, Hesse, Nassau e Frankfort-sobre-o Meno⁽⁸⁾.

Em 1870 ocorreu a designada guerra franco-prussiana — da qual saiu derrotada a Europa — que teve como causa próxima a sucessão do trono de Espanha e causa remota, uma vez mais, o

(3) Idem, *op. cit.*, vol. 10, pp. 240-253.

(4) Idem, *op. cit.*, vol. 10, p. 267.

(5) Idem, *op. cit.*, vol. 10, pp. 265-273.

(6) Idem, *op. cit.*, vol. 11, pp. 5-39.

(7) Idem, *op. cit.*, vol. 10, pp. 301-303.

(8) Idem, *op. cit.*, vol. 10, pp. 303-308.

desejo de união da Alemanha sob a égide do reino da Prússia. Dever-se-á dizer, por importante, que tanto a Grã-Bretanha como a Rússia adoptaram o estatuto de neutrais face ao conflito (⁹).

Como consequência das tentativas independentistas ocorridas em 1875 na Herzgovina e na Bósnia e, no ano seguinte, na Bulgária, na Sérvia e no Montenegro, em 1877, a Rússia declarou guerra à Turquia, dando como justificação o apoio aos povos católicos dos Balcãs. Embora os motivos fossem diferentes, tanto a Áustria-Hungria como a Grã-Bretanha, não viam com bons olhos a alteração das fronteiras políticas da região. As operações militares arrastaram-se por alguns meses, tendo-se iniciado os trabalhos preparatórios do acordo de paz em Março de 1878. A Rússia foi a grande vencedora, porque quase conseguiu derrotar completamente os turcos; salvou a situação, o Congresso Internacional de Berlim, que redistribuiu as influências inglesa, austríaca, turca e russa na região. A derrota diplomática da Rússia contribuiu para gerar um comportamento que a animou a, mais tarde, repôr as suas pretensões nos Balcãs (¹⁰).

Na sequência de mais uma das várias revoltas havidas em Cuba, os Estados Unidos da América, em 1898, declararam guerra à Espanha, com base na hipotética responsabilidade de Madrid no afundamento do couraçado Maine no porto, então, espanhol de Havana. A Armada americana afundou os vasos de guerra espanhóis que se lhe opuseram nas Filipinas. A paz negociada em Paris deu aos EUA a posse dos arquipélagos das Filipinas e do Hawai, para além da ilha de Porto Rico, como forma de pagamento dos vinte milhões de dólares exigidos por Washington a título de indemnização (¹¹).

O último conflito militar no século XIX, iniciou-se em Outubro de 1899, quando o Presidente do Estado boer do Transvaal enviou um *ultimatum* ao Governo britânico exigindo a retirada de todos os reforços militares sediados na região do Cabo. Um ano depois já tinham sido ocupados pelos ingleses os Estados de Orange e Transvaal, mas o conflito bélico manteve-se até 1902 através de uma guerrilha conduzida pelos boers (¹²).

Chegados a este ponto, convirá analisar as posições diplomáticas adoptadas pelos diferentes Governos nacionais perante os con-

(⁹) Idem, *op. cit.*, vol. 10, pp. 312-323.

(¹⁰) Idem, *op. cit.*, vol. 11, pp. 111-121.

(¹¹) Idem, *op. cit.*, vol. 11, pp. 58-60.

(¹²) Idem, *op. cit.*, vol. 11, pp. 186-190.

flitos militares até agora resumidamente identificados. Julgo, todavia, que será, também, oportuno sintetizar a posição diplomática assumida pelo Governo de Lisboa, no começo do século XIX, aquando das guerras napoleónicas⁽¹³⁾, levando, todavia, em conta os antecedentes próximos, ou seja, as chamadas guerras da Revolução desencadeadas no final do século XVIII.

PORTUGAL E OS CONFLITOS BÉLICOS

Dos onze conflitos militares ocorridos no século passado — incluindo num só toda a conjuntura das guerras da revolução e napoleónicas — pode dizer-se que Portugal teve de, pelo menos, condicionar a sua diplomacia em seis.

Na verdade, passaram perfeitamente à margem de qualquer intervenção do Governo de Lisboa os conflitos bélicos havidos entre a Áustria e o Piemonte, a Prússia e a Dinamarca, a Prússia e a Áustria, a Rússia e a Turquia e, ainda, a guerra civil americana. Este distanciamento ficou a dever-se ao facto de, por um lado, não se registarem quaisquer tipos de interesses nacionais nas motivações conflituais, por outro, a Grã-Bretanha não estar envolvida nesses confrontos.

Em relação aos outros seis conflitos militares, a posição diplomática adoptada por Portugal resultou de três condicionalismos distintos: o estrito interesse nacional, a existência da aliança luso-britânica e, por fim, a interligação de ambos.

Estarão no primeiro caso os conflitos bélicos entre a França e a Prússia e a Espanha e os EUA; no segundo caso estará a guerra entre a Grã-Bretanha e os EUA e a da Crimeia; finalmente, no terceiro caso posso situar a conjuntura conflitual revolucionária e napoleónica e a guerra anglo-boer.

Convirá, agora, apreciar caso a caso a posição diplomática adoptada pelo Governo de Lisboa. Começemos pela situação que livremente tenho designado por conjuntura conflitual revolucionária e napoleónica.

Porque se torna impossível estancar no começo do século XIX toda uma problemática que se arrasta da centúria anterior, julgo conveniente recordar que Portugal, aquando da guerra da independência dos EUA, em 1775, optou pelo corte de relações comerciais

(13) Veja-se nota (1).

com o nóvel país para garantir, por um lado, o agrado da Grã-Bretanha e, por outro, impedir que a aproximação de Madrid a Paris — que apoiava a independência americana — viesse a resultar numa possível concretização da tendência hegemónica de Espanha sobre Portugal ⁽¹⁴⁾.

Do que acabo de referir pode concluir-se a razão que levou, em 1793, o Governo de Lisboa a entrar na coligação organizada pela Grã-Bretanha contra a França, se se souber que, no ano anterior, Londres impeliu Madrid a declarar guerra à jovem República, com vista à abertura de uma nova frente de operações que aliviasse a pressão sobre as costas atlânticas fronteiras à Inglaterra ⁽¹⁵⁾.

A presença militar portuguesa no Rossilhão, não tendo trazido glória especial às armas nacionais, terá, provavelmente, funcionado como frenador de qualquer leviandade diplomática britânica. Contudo, a paz negociada, em 1795, por Madrid e Paris, sem prévio aviso dos Governos de Londres e de Lisboa, colocou Portugal na posição de único agressor ibérico da França, sem o apoio da Inglaterra ⁽¹⁶⁾. A negociação da paz com a França e a Espanha, porque exigia uma quase ruptura com a Grã-Bretanha, tornou-se difícil; todavia, foi concluída em 1797, à custa de muita habilidade diplomática e, acima de tudo, do pagamento de uma pesada indemnização ⁽¹⁷⁾.

Nos quatro anos que se seguiram foram imensos os esforços diplomáticos para manter a neutralidade portuguesa que convinha essencialmente à burguesia mercantil e, pela liberdade de acesso aos portos nacionais, à marinha comercial e de guerra britânica. Não era este o estatuto de neutralidade que Napoleão Bonaparte aceitava.

Em 1801, a Espanha, de acordo com a França, invadiu a fronteira alentejana e, após insignificantes combates, conquistou algumas praças-fortes da região: foi a chamada *guerra das laranjas*. A paz negociada custou a enorme quantia de vinte e cinco milhões de francos ⁽¹⁸⁾. A neutralidade portuguesa, sempre que se reacendia a guerra franco-britânica, acabava favorecendo a navegação e o

(14) Cf. José Calvet de Magalhães, *História das Relações Diplomáticas Entre Portugal e os Estados Unidos da América (1776-1911)*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1991, pp. 16-21.

(15) Cf. Pedro Soares Martinez, *História Diplomática de Portugal*, Lisboa, Editorial Verbo, 1986, pp. 209-211.

(16) Cf. idem, *ob. cit.*, pp. 212-213.

(17) Cf. idem, *op. cit.*, p. 214.

(18) Cf. José Hermano Saraiva, «Repercussões da crise europeia» in *História de Portugal*, vol. 5, Lisboa, Edições Alfa, 1983, pp. 123-124.

comércio do velho aliado. Napoleão e a França não podiam tolerar esse comportamento, que tanto convinha aos meios comerciais portugueses.

Quando, em 21 de Novembro de 1806, Napoleão Bonaparte declarou a Grã-Bretanha «em estado de bloqueio», o Governo de Londres decretou o bloqueio continental, isto é, a impossibilidade de se comerciar com a França ou países que a ela estivessem aliados⁽¹⁹⁾; nesta conjuntura os portos portugueses eram essenciais às partes em conflito.

Napoleão Bonaparte, em Agosto do ano seguinte, fez chegar ao Governo português um *ultimatum* no qual impõe o fecho dos portos nacionais à navegação inglesa a partir de 1 de Setembro próximo⁽²⁰⁾. O regente D. João, confrontado com a divisão da opinião interna, tentou ainda conseguir uma fórmula que, não beneficiando os ingleses, não prejudicava os franceses; consistia em fechar os portos, mas em não confiscar os bens britânicos existentes em Portugal⁽²¹⁾. A manobra não resultou e, em desespero de causa, o Governo de Lisboa ainda determinou o fecho dos portos nacionais, em 20 de Outubro de 1807; sete dias depois era assinado, entre a Espanha e a França, o tratado de partilha do território português e a 19 de Novembro começaram a passar a fronteira as primeiras forças do exército franco-espanhol.

Do relato que acabo de fazer ressalta evidente a constante tentativa de, em primeiro lugar, manter intacta a aliança luso-britânica; em segundo lugar, equilibrar as mais potentes relações de forças antagónicas de modo a manter a Espanha em oposição à Grã-Bretanha ou limitada nos movimentos em relação a esta; por último, negociar, sempre que possível, a neutralidade portuguesa face ao conflito que opunha a França e a Inglaterra.

Passemos, agora, à análise da posição diplomática nacional adoptada aquando do início dos restantes conflitos bélicos atrás referidos.

Estando já instalado no Brasil o regente português, quando irromperam as hostilidades entre ingleses e americanos e vivendo-se em Portugal uma situação de guerra contra os franceses apoiada na aliança com a Grã-Bretanha, o Governo nacional, pela declaração

(19) Idem, *op. cit.*, vol. 5, p. 127.

(20) Cf. Prof. Lopes de Almeida, «As imposições de Napoleão», in *História de Portugal* (dir. Damião Peres), vol. 6, Barcelos, Portucalense Editora, 1934, p. 318.

(21) Cf. António Pedro Manique, *Portugal e as Potências Europeias (1807-1847)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1988, pp. 38-40.

de 18 de Agosto de 1812, publicitou a sua neutralidade face ao novo conflito militar⁽²²⁾. É certo que, na prática, nem sempre se conseguiu que a marinha de guerra inglesa respeitasse o estatuto de neutralidade que havia sido declarado. Pesava a superioridade dos meios, a qual, ao longo dos tempos, sempre foi fazendo da Grã-Bretanha o maior adversário da neutralidade e da dignidade neutral em Portugal.

Igualmente neutral foi a posição diplomática portuguesa face à guerra da Crimeia. Note-se, contudo, que, à semelhança do ocorrido com o reino de Piemonte, Portugal poderia ter participado no conflito se, de facto, a área dos seus interesses se situasse na Europa. Esta hipótese não é tão inverosímil quanto possa parecer, tanto mais que, o Conde de Lavradio, representante diplomático em Londres, chegou a recear que o Governo britânico invocasse a aliança para pedir auxílio a Lisboa⁽²³⁾.

Quando estalou o conflito militar entre a França e a Prússia, uma vez mais Portugal declarou a sua neutralidade, embora, como refere Pedro Soares Martinez, se tratasse de uma situação que, se houvesse em Lisboa uma clara noção da política europeia, merecia ser ponderada, tendo em vista o facto de por trás dela estar a unificação da Alemanha e, até, a da Itália e não ser muito conveniente ficar indiferente às junções nacionais nos grandes espaços geográficos⁽²⁴⁾.

A guerra espano-americana, ocorrida quando em Londres se negociava o tratado secreto anglo-germânico para partilha das colónias portuguesas, teve para a diplomacia nacional dois momentos importantes: o período imediatamente anterior à declaração das hostilidades e o período imediatamente posterior à derrota da Espanha. Vejamos.

Quando a opinião pública americana mais exigia a declaração de guerra e as grandes potências europeias tentavam pressionar o Presidente dos EUA para a evitar, Madrid sondava o rei D. Carlos, propondo a possibilidade de ambos os países ibéricos juntarem os seus esforços navais contra as interferências estrangeiras que se estavam a perpetrar nas colónias de Espanha e Portugal. Naturalmente, o desconhecimento das fracas possibilidades navais portuguesas não era assim tão grande que justificasse o pedido; o que, provavel-

(22) Cf. José Calvet de Magalhães, *op. cit.*, pp. 74-75.

(23) Cf. Pedro Soares Martinez, *op. cit.*, pp. 448 e 474.

(24) Cf. Pedro Soares Martinez, *op. cit.*, p. 468.

mente, se pretendia em Madrid era envolver de forma mais clara a Grã-Bretanha no conflito ⁽²⁵⁾.

D. Carlos teve oportunidade, ainda antes de a guerra ser declarada, de afirmar que a posição portuguesa iria ser a de neutral. A 28 de Abril de 1898, foi publicado o Decreto de neutralidade no conflito que opunha o vizinho ibérico aos EUA.

A destruição da esquadra naval espanhola comandada pelo Almirante Pascual Cervera, no dia 3 de Julho, pôs fim à guerra e gerou em Portugal o receio de uma agressão por parte dos vencidos. Julgava-se que uma tal atitude poderia ajudar a recriar o prestígio militar espanhol. Note-se que igual temor perpassou por Londres, que acrescentou à causa anteriormente apontada a possibilidade de se vir a verificar em Espanha uma revolução republicana e de esta enveredar pelo já conhecido caminho de iberismo. A monarquia não caiu e não se fizeram sentir quaisquer movimentos militares que denotassem intenções anexionistas ⁽²⁶⁾.

Chegamos ao último conflito militar do século: a guerra anglo-boer.

O Governo português adoptou uma posição de não envolvimento directo no conflito que, esse sim, lhe era geograficamente vizinho. Deve-se, contudo, ter em linha de conta que, neste caso, o estatuto assumido resultou de uma clara negociação.

Com feito, a guerra ocorria paredes meias com Moçambique, e nesta colónia, próxima da fronteira, situava-se uma região — a baía de Lourenço Marques — que era há muito cobiçada pela Inglaterra. O Governo de Lisboa receava a ocupação britânica, se avançasse para uma neutralidade intransigente; por seu turno o Governo de Londres carecia de fazer atravessar tropas por aquele território para com maior facilidade desenvolver operações contra os boers. A hipótese da intransigência de Lisboa daria a Portugal as imediatas simpatias da Alemanha que apoiava o Governo boer, facto que colocaria a Grã-Bretanha em posição difícil para actuar contra o seu velho aliado.

Foi este intrincado diplomático que determinou que o *Fireign Office* propusesse a Lisboa a assinatura de uma declaração secreta, impropriamente chamada, como diz Calvet de Magalhães, Tratado de Windsor ⁽²⁷⁾. Nessa declaração reafirmava-se a disponibilidade inglesa para defender as colónias portuguesas de qualquer ataque

⁽²⁵⁾ Cf. José Calvet de Magalhães, *op. cit.*, p. 300.

⁽²⁶⁾ Idem, *op. cit.*, pp. 302-304.

⁽²⁷⁾ Idem, *op. cit.*, p. 304.

ou pretensão estrangeira; como contra-partida, Portugal não declarava a neutralidade no conflito anglo-boer, nem assumia atitude beligerante. Contudo, devia permitir a travessia do território de Moçambique às tropas britânicas. O alcance da declaração foi, para Portugal, muito maior do que pode parecer, porque traduziu, de facto, a anulação do acordo anglo-germânico sobre a partilha das colónias nacionais.

Perguntei-me, no início desta comunicação, se o século XIX teria sido um tempo em que, consequência da globalização da problemática europeia, se alterou o inconsciente nacional que, durante trezentos anos, determinou um quase total desprendimento pelos acontecimentos e conflitos fora da Península e das áreas coloniais portuguesas. Pretendi que o objectivo desta comunicação fosse delimitado pela identificação, ainda que sumária, das linhas fundamentais do conceito estratégico nacional adoptado no século XIX. Resta-me concluir, para averiguar dos resultados.

Conclusão

Depois de, no início deste estudo, ter identificado e caracterizado minimamente os conflitos bélicos de maior significado internacional⁽²⁸⁾, ocorridos no século XIX, passei a considerar, também em síntese, a posição diplomática que, perante eles, os diferentes Governos portugueses foram adoptando.

De onze situações de guerra, só seis estavam relacionadas com Portugal e, nessas, só uma levou ao envolvimento bélico directo — diga-se em abono da verdade, porque o país foi invadido; em quatro foi declarada a neutralidade e, numa, foi adoptada uma posição de não neutralidade com ausência de envolvimento bélico directo.

Das seis situações de guerra antes referidas, a única que ocorreu no continente africano gerou, como já disse, uma não neutralidade negociada que conduziu à clara colaboração estratégica com uma das facções em confronto; nos outros conflitos em que a Grã-Bretanha era, também, parte activa viu-se, muitas vezes, a neutralidade portuguesa comprometida por uma colaboração forçada e não aceite com a marinha de guerra inglesa.

(28) Houve, para além dos conflitos que identifiquei, outros que nem mencionei porque foram, de facto, menores e perfeitamente marginais a qualquer problemática nacional ou ibérica. Os combates que se travaram na península itálica para se chegar à unificação, fazem parte do conjunto que desprezei, não tanto pela importância do facto político que lhes estava subjacente, mas pela pouca importância que ao mesmo foi dado em Portugal.

À margem da análise a que antes procedi, devo acrescentar que o século XIX, em especial o último quartel, foi um período riquíssimo em confrontos e campanhas militares nas colónias nacionais.

Juntando esta informação ao resultado do estudo que fiz sobre o comportamento internacional português face aos conflitos globais ou globalizantes da centúria passada, confirma-se a permanência de um dualismo que se traduz por um alheamento dos confrontos que estavam fora da sua área tradicional de interesses e uma completa disponibilidade para actuar, até militarmente, nas regiões coloniais. Quer dizer, o inconsciente nacional gerado em 1415 e que se manifestou por um desbordamento sobre o mundo de além-mar, manteve-se na preocupação governativa, diplomática e militar.

Olhando todas as situações de neutralidade acima tratadas, também é possível perceber que o alheamento relativamente aos conflitos só teve condições para se manifestar em pleno porque existia a aliança luso-britânica. O mesmo pode concluir-se a propósito da singular não neutralidade e da única intervenção militar portuguesa no período.

Com efeito, enquanto a *guerra das laranjas* se desenrolou na ausência do apoio inglês e, por isso, quase se tornou numa representação teatral com desvantagens para o lado português, a Guerra Peninsular, porque conduzida à sombra da aliança britânica, constituiu-se um ponto alto para as armas nacionais.

Julgo que, chegado a este ponto, posso concluir que o conceito estratégico português, no século XIX, se estabeleceu sobre os três pilares seguintes:

a) Só se verificaria participação militar em conflitos bélicos quando houvesse claro apoio britânico e, em simultâneo, corresse grave risco a independência e a soberania nacional;

b) Tentar-se-ia conseguir o estatuto de potência neutral em todos os conflitos que não envolvessem a possibilidade de desequilíbrio ibérico;

c) Não se evitaria o desenvolvimento de operações militares nas colónias com vista à consolidação da presença portuguesa.

Cumpri o objectivo que me havia proposto; resta-me levantar os olhos do passado, olhar para o futuro e deixar no ar a seguinte questão:

— Agora que, com a exclusão da língua e da recordação histórica, já nada nos liga às áreas de além-mar, não será altura de rever, sem traumas, o inconsciente nacional?

BIBLIOGRAFIA

- DUROSELLE, Jean-Baptiste — *História da Europa*, Círculo de Leitores/Publicações Dom Quixote, 1990.
- A Europa de 1815 aos Nossos Dias (Vida Política e Relações Internacionais)*, 3.^a ed., São Paulo, Pioneira, 1989.
- GRIMBERG, Carl — *Histoire Universelle*, vols. 9, 10 e 11, Verviers, Éditions Gérard, 1964, 1965.
- JOLL, James — *A Europa Desde 1870*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1982.
- JOURCIN, Albert — *Prólogo ao Nosso Tempo*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1981.
- KENNEDY, Paul — *Ascensão e Queda das Grandes Potências*, vol. I, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1990.
- MACEDO, Jorge Borges de — *O Bloqueio Continental. Economia e Guerra Peninsular*, 2.^a ed., Lisboa, Gradiva, 1990.
- MAGALHAES, José Calvet de — *História das Relações Diplomáticas Entre Portugal e os Estados Unidos da América (1776-1911)*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1991.
- MANIQUE, António Pedro — *Portugal e as Potências Europeias (1807-1847)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1988.
- MARTINEZ, Pedro Soares — *História Diplomática de Portugal*, Lisboa, Editorial Verbo, 1986.
- NÉRÉ, Jacques — *O Mundo Contemporâneo*, Lisboa, Edições Atica, 1976.
- PERES, Damião — *História de Portugal*, vol. 6, Barcelos, Portucalense Editora, 1934.
- RUDÉ, George — *A Europa Revolucionária 1783-1815*, Lisboa, Editorial Presença, 1988.
- SARAIVA, José Hermano — *História de Portugal*, vol. 5, Lisboa, Edições Alfa, 1983.